

Jaramogi Oginga Odinga:

A Consciência Incômoda do Quênia Independente

Egídio G. Vaz Raposo

Historiador & Estratega de Comunicação

Correspondência: egidiovaz@egidiovaz.com · egidiovaz.com



Jaramogi Oginga Odinga (Outubro 1911 — 20 de Janeiro de 1994). Fotografia: Wikimedia Commons / Mohamed Amin Foundation.

Em 1960, a administração colonial britânica apresentou a Jaramogi Oginga Odinga uma proposta que poucos políticos africanistas recusariam: o cargo de Primeiro-Ministro de um Quênia pré-independente. Jomo Kenyatta permanecia preso numa prisão colonial. Os britânicos queriam avançar. Odinga recusou.

I. Origens e Formação: Do Lago Vitória ao Makerere

Jaramogi Oginga Odinga nasceu em Outubro de 1911 com o nome Obadiah Adonijah, na aldeia de Nyamira Kang'o, Bondo, nas margens do Lago Vitória, no Protetorado Britânico da África Oriental. O pai, Odinga Raila, era agricultor; a mãe, Mama Opondo Nyamagolo, dedicava-se igualmente à agricultura. A arquitectura colonial da época oferecia aos africanos nativos avenidas de mobilidade socio-económica deliberadamente estreitas, relegando-os ao estatuto de uma mão-de-obra agrária ao serviço dos interesses dos colonos europeus.

Odinga frequentou a Maseno School — instituição que lhe apresentou a pedagogia ocidental e, ao mesmo tempo, tornou visíveis as estratificações raciais da era — antes de partir para o Uganda, onde cursou o Makerere University College em Kampala. O Makerere funcionou, a meio do século XX, como incubadora de uma geração de líderes da África Oriental, criando um espaço intelectual pan-africano onde os ressentimentos anti-coloniais se transformavam em ideologias políticas coerentes. Odinga obteve um Diploma em Educação em 1939 e regressou ao Quênia como professor.

A sua ascensão como figura cultural precedeu a sua carreira política. A tradição Luo conferia ao Ker — título anteriormente detido pelo lendário rei Ramogi Ajwang, fundador da comunidade Luo no Quênia, há cerca de quatro séculos — o mais alto estatuto espiritual e cultural. Odinga assumiu esse título em 1952, após ter permanecido vago durante décadas, tornando-se simultaneamente um patriarca moderno e uma figura de autoridade ancestral. Em 1957, e porque a tradição Luo proibia que um Ker exercesse simultaneamente funções políticas, Odinga renunciou formalmente ao título para poder actuar como porta-voz político do seu povo — uma decisão que demonstrou a sua capacidade de adaptar as instituições culturais às exigências da luta nacionalista. O próprio epónimo "Jaramogi" — que adoptou como designação pública — significa "o homem do povo de Ramogi", conferindo-lhe uma identidade que unia a autoridade tradicional à mobilização política.

II. Autodeterminação Económica antes da Independência Política

Uma dimensão frequentemente subanalisada da trajectória de Odinga é a sua compreensão precoce de que a independência política, sem a correspondente emancipação económica, seria uma conquista vazia. Em 1945, edificando sobre os alicerces da Bondo Thrift Association, Odinga fundou formalmente a **Luo Thrift and Trading Corporation (LUTATCO)**, sob o lema Riwruok E Teko (A Unidade é Força). A empresa mobilizou a diáspora Luo por toda a África Oriental, vendendo acções a cidadãos comuns e criando assim um instrumento colectivo de resistência ao monopólio económico dos colonos europeus e dos comerciantes asiáticos.

As iniciativas da LUTATCO eram estrategicamente orientadas para construir capacidade indígena no comércio, na propriedade imobiliária e na comunicação:

Maseno Store: primeira loja africana organizada no sector retalhista, até então monopolizado por comerciantes asiáticos.

Ramogi Press: aquisição de uma gráfica que, sob a direcção editorial de Achieng Oneko, permitiu a africanos articularem contra-narrativas ao discurso colonial, publicando o Nyanza Times, o Ramogi (em língua Luo), o Mumenyereri (em kikuyu) e o radical Uhuru Wa Africa (em suaíli).

Afrika House e Ramogi House: primeiros edifícios comerciais de propriedade africana em Kisumu, construídos como afirmação simbólica de capacidade económica no centro comercial dominado pela comunidade asiática.

Historiadores continuam a debater se a LUTATCO representou um verdadeiro movimento populista de massas ou a emergência de uma subelite de classe média, mas é inegável que a corporação lançou as bases infra-estruturais e financeiras para a mobilização nacionalista posterior. Em 1947, Odinga entrou formalmente na política, sendo eleito para o Conselho Distrital da Nyanza Central.

"Não haverá independência sem Kenyatta."

III. A Oferta de 1960 e o Gesto Fundador

Pela segunda metade dos anos 1950, Odinga havia consolidado a sua projecção nacional. Em 1956, foi eleito para o Conselho Legislativo (LegCo) representando a Nyanza Central. Em Junho de 1958, estupefez o estabelecimento colonial ao evocar o nome de Kenyatta no LegCo, exigindo a sua libertação numa altura em que a simples menção do prisioneiro era considerada suicídio político pelos deputados africanos mais moderados.

Em 1960, com a Conferência de Lancaster House a tornar a descolonização inevitável, os britânicos aproximaram-se de Odinga com a oferta do cargo de Primeiro-Ministro de um governo de transição. A proposta era, por todos os critérios, irrecusável: o poder executivo máximo, sem a necessidade de uma luta prolongada. Odinga recusou-a sem hesitar, declarando que não existiria independência sem Kenyatta. Historiadores contemporâneos assinalam que Kenyatta provavelmente não teria sido libertado quando foi, nem elevado a Primeiro-Ministro, sem o apoio incondicional e inabalável de Odinga. Este acto cimentou a fundação da **Kenya African National Union (KANU)** em 1960, com Kenyatta na presidência e Odinga como seu vice.

IV. O Vice-Presidente e a Ruptura Ideológica

Quando o Quênia acedeu à independência formal em Dezembro de 1963, Kenyatta tornou-se Primeiro-Ministro. Com a transformação em república em Dezembro de 1964, Kenyatta ascendeu à presidência e Odinga foi investido como primeiro Vice-Presidente do Quênia, cargo que exerceu de Dezembro de 1964 a Abril de 1966. A população via os dois homens como pilares da mesma luta, mas essa cumplicidade não resistiria às pressões da Guerra Fria.

Kenyatta orientou o Quênia para o capitalismo ocidental, o investimento britânico e a emergência de uma nova elite africana — largamente proveniente da base Kikuyu do Presidente, a chamada "Máfia de Kiambu" — que substituiu a antiga elite branca sem redistribuir a terra. Odinga, avesso ao não-alinhamento de fachada, advogava laços com a União Soviética, a China Popular e outros países do Pacto de Varsóvia. Contava entre os seus pares e amigos Julius Nyerere (Tanzânia), Kwame Nkrumah (Gana), Gamal Abdel Nasser (Egipto) e Jawaharlal Nehru (Índia). Demonstrando a concretude desse alinhamento, assegurou bolsas de estudo soviéticas e chinesas para centenas de estudantes quenianos a quem a administração britânica havia negado o acesso ao ensino superior.

Este alinhamento oriental aprofundou a desconfiança do Ocidente. Documentos britânicos desclassificados revelam que o Information Research Department (IRD) — braço de propaganda encoberta do governo de Londres — orquestrou múltiplas operações de black propaganda para desacreditar Odinga. Em Setembro de 1965, o IRD distribuiu oitenta cópias de um panfleto fabricado atacando o governo de Kenyatta como "reaccionário e fascista", deliberadamente concebido para aparentar ter origem em Odinga e nos seus supostos aliados chineses, agravando assim a paranóia do Presidente e isolando progressivamente o Vice-Presidente.

O ponto de divergência mais explosivo era a questão da terra. A rebelião Mau Mau tinha sido travada, em essência, pela expropriação violenta de terra indígena nas "Terras Altas Brancas". Para Odinga, a independência real exigia a restituição incondicional dessas terras aos quenianos que

havam combatido por elas. Kenyatta, cedendo à pressão britânica, adoptou o Esquema do Milhão de Hectares, financiado por empréstimos britânicos de £21 milhões, que obrigava o governo queniano a comprar 1,2 milhões de hectares de colonos europeus ao preço de mercado. Odinga opôs-se veementemente, argumentando ser uma injustiça histórica profunda que o Estado queniano incorresse em dívida para "comprar de volta" terras que haviam sido roubadas aos africanos. Os beneficiários primários do esquema foram, não os combatentes Mau Mau empobrecidos, mas as elites politicamente ligadas à Kikuyu, que formaram empresas privadas de aquisição de terras para adquirir vastos tratos do Vale do Rift.

A divergência ideológica atingiu o seu apogeu com a publicação do Documento de Sessão n.º 10 de 1965 — O Socialismo Africano e a sua Aplicação ao Planeamento no Quênia — elaborado por tecnocratas alinhados com o Ocidente e apadrinhado por Tom Mboya, que utilizava a retórica do "socialismo" para legitimar um modelo capitalista assente no investimento estrangeiro directo. Odinga criticou acerbamente o documento. Intelectuais da época, incluindo Barack Obama Sr. e Dharam Ghai, ecoaram as suas preocupações, alertando para a privatização acelerada dos recursos produtivos e o agravamento das desigualdades.

V. A Conferência de Limuru e o Nascimento do KPU

Em Fevereiro de 1965, o assassinato de Pio Gama Pinto — socialista convicto, jornalista e confidente político de Odinga, abatido à porta de sua casa em Nairobi — sinalizou que o ambiente político havia tomado um rumo letal. Kenyatta, crescentemente paranóico face à popularidade populista de Odinga e às suas ligações ao bloco oriental, esvaziou sistematicamente as responsabilidades constitucionais do Vice-Presidente, transferindo-as para outros ministros.

A manobra de neutralização definitiva foi executada na Conferência de Delegados da KANU em Limuru, em Março de 1966. Orquestrada por Tom Mboya — brilhante estratega político, ele próprio Luo mas alinhado com a facção pró-ocidental de Kenyatta — e apoiada pela Máfia de Kiambu, a conferência foi concebida para humilhar e desapoderar Odinga. Os delegados aprovaram a abolição do cargo único de Vice-Presidente nacional da KANU, criando em sua substituição oito vice-presidências regionais. O efeito foi cirúrgico: a influência nacional de Odinga foi confinada à sua província natal de Nyanza.

Reconhecendo que havia sido completamente manobrado pela máquina do Estado, Odinga demitiu-se do governo a 14 de Abril de 1966, declarando que não podia justificar receber um salário público sem exercer funções reais. Juntamente com vinte e nove parlamentares radicais — entre eles Bildad Kaggia, Achieng Oneko, Tom Okello-Odongo e Wasonga Sijeyo — abandonou a KANU para fundar o **Kenya People's Union (KPU)**, primeiro partido de oposição formal do Quênia independente, de orientação socialista.

A resposta do Estado foi imediata e multi-frente: cancelamento deliberado do registo do partido, bloqueio de licenças de comícios, total silêncio da Voice of Kenya sobre as actividades do KPU, despedimento compulsivo de mais de 35 funcionários públicos simpatizantes, confisco de passaportes de membros, e pressão sobre empregadores privados para dispensarem trabalhadores que apoiassem Odinga. A emenda constitucional forçou todos os deputados que haviam abandonado a KANU a disputar um novo mandato eleitoral nas chamadas "Pequenas Eleições Gerais" de Junho de

1966, em que a KANU conquistou 21 dos 28 lugares da Câmara dos Representantes e o KPU ficou com os 7 restantes.

VI. O Massacre de Kisumu e o Fim do Multipartidarismo

A fricção entre a KANU de Kenyatta e o KPU de Odinga escalou progressivamente ao longo dos três anos seguintes, culminando num dos capítulos mais negros da história queniana pós-colonial. A atmosfera política tornou-se explosiva em 1969: a 29 de Janeiro, o advogado e ministro Argwings Kodhek — aliado de Odinga — morreu num acidente de viatura altamente suspeito; a 5 de Julho, Tom Mboya, apontado como sucessor de Kenyatta, foi assassinado em Nairobi por um pistoleiro Kikuyu, desencadeando tensões étnicas violentas e alimentando a suspeita generalizada contra a Máfia de Kiambu.

Neste ambiente incandescente, o Presidente Kenyatta deslocou-se a Kisumu a 25 de Outubro de 1969 para inaugurar o Novo Hospital Provincial Geral de Nyanza — designado localmente "Hospital da Rússia" porque a sua construção havia sido financiada pela União Soviética através das ligações directas de Odinga ao bloco oriental. A multidão reagiu com hostilidade manifesta, desafiando Kenyatta abertamente e demonstrando apoio ao KPU. Uma acesa troca de palavras entre Kenyatta e Odinga no próprio pódio agravou a tensão. A guarda presidencial e a polícia abriram fogo sobre os civis. Os registos oficiais do Estado apontaram 11 mortos, mas análises históricas independentes e testemunhos oculares estimam entre 50 e 100 vítimas, algumas abatidas a 50 quilómetros do epicentro, em Awasi e Ahero, enquanto o cortejo presidencial fugia precipitadamente da região.

O Massacre de Kisumu forneceu ao governo de Kenyatta o pretexto que precisava: o KPU foi proibido em dias, declarado perigo para "o bom governo da República do Quénia". Odinga foi detido e conduzido para o campo de detenção de Hola/Manyani, na região do Rio Tana — uma instalação de reputação particularmente dura, herdada do aparato repressivo colonial — onde permaneceu sem julgamento durante cerca de dois anos. A ironia central da vida de Jaramogi materializou-se: o homem que havia recusado a chefia do governo para que Kenyatta pudesse sair da prisão era agora detido pelo próprio Kenyatta.

A sua autobiografia, *Not Yet Uhuru*, publicada em 1967 pela Heinemann, com prefácio de Kwame Nkrumah, havia anunciado esta trajectória. O título era uma declaração de princípio: uhuru — liberdade em kiswahili — permanecia incompleta enquanto a independência formal não se traduzisse em emancipação social e económica real.

VII. A Era Moi: Reabilitação, Exílio e a Emenda Constitucional de 1982

Após a morte de Kenyatta em Agosto de 1978, Daniel arap Moi ascendeu à presidência sob a filosofia Nyayo — a promessa de seguir os passos do seu antecessor. Procurando distanciar-se da Máfia de Kiambu e apresentar uma face unificadora, Moi reabilitou Odinga brevemente, nomeando-o presidente do Cotton Lint and Seed Marketing Board em 1979. Odinga levou a cargo a sério, utilizando as suas competências organizativas para

revitalizar o sector agrícola no Quénia Ocidental e apoiar os agricultores de pequena escala. A reconciliação durou precisamente três anos.

Em Abril de 1981, Odinga acusou publicamente Kenyatta de ter sido um apossador de terras num comício aberto em Mombaça — verbalizando em voz alta a razão fundamental do seu confronto histórico com o primeiro Presidente. O Procurador-Geral Charles Njonjo avisou Moi que a inacção implicaria cumplicidade com a crítica ao pai fundador da nação. Moi demitiu-o na mesma semana. Posteriormente, o Estado bloqueou a candidatura de Odinga a uma eleição intercalar em Bondo — a sua base — permitindo que outro candidato da KANU tomasse o lugar.

Em Maio de 1982, Odinga aliou-se a George Anyona — político dos Gusii, detido anteriormente por posições anti-corrupção — para registar a **Kenya African Socialist Alliance (KASA)**, cometendo ao advogado de direitos humanos John Khaminwa a redacção dos estatutos. A reacção do regime foi constitucionalmente sem precedentes: Anyona foi detido em Kamiti; Khaminwa foi igualmente preso; Odinga, em razão da sua idade avançada, ficou em prisão domiciliária em Kisumu e foi expulso da KANU. A 9 de Junho de 1982, o Parlamento aprovou uma emenda introduzindo a infame **Secção 2ª (alínea a do artigo 2)**, que tornou o Quénia um Estado de partido único de jure, sendo uma ofensa de traição formar ou promover qualquer outro partido. Um velho político com um simples requerimento de registo dera suficiente medo a um presidente em funções para que este reescrevesse a constituição. Em Agosto do mesmo ano, elementos das Forças Aéreas tentaram um golpe contra Moi, que fracassou, sendo utilizado pelo regime para proceder a vastas purgas. Nesse contexto, o filho de Odinga, Raila Odinga, foi detido sem julgamento durante seis anos.

VIII. O Regresso ao Multipartidarismo (1991-1994)

No final dos anos 1980, com o final da Guerra Fria a diminuir a utilidade geopolítica dos ditadores pró-ocidentais e a pressão internacional a aumentar, Odinga emergiu como presidente interino do **Forum for the Restoration of Democracy (FORD)** — coligação multi-étnica de sociedade civil, clero e políticos de oposição contra a ditadura de Moi. A 16 de Novembro de 1991, desafiando proibições estatais e intimidação policial, Odinga discursou num comício histórico no Kamukunji, em Nairobi, pondo em causa a legitimidade do regime após vinte e dois anos de isolamento político forçado.

Sob a pressão conjugada do FORD e a suspensão da ajuda económica bilateral pelo Clube de Paris, Moi capitulou. Em Dezembro de 1991, o Parlamento revogou formalmente a Secção 2A da Constituição, restaurando o multipartidarismo legal no Quénia. Nas eleições de 29 de Dezembro de 1992 — as primeiras eleições multipartidárias do Quénia desde a independência — o FORD fragmentou-se: o FORD-Quénia sob Odinga e o FORD-Asili sob Kenneth Matiba disputaram o mesmo eleitorado de oposição, permitindo a Moi vencer com uma minoria do voto popular (36,35%). Odinga obteve 944.197 votos, representando 17,48% do total. Reconquistou o mandato parlamentar por Bondo após mais de duas décadas de exílio político forçado. Assinalou-se um momento histórico de continuidade geracional: pai e filho — Jaramogi e Raila Odinga, eleito pelo círculo de Langata — serviram simultaneamente no Parlamento.

Jaramogi Odinga Odinga faleceu a 20 de Janeiro de 1994 no Hospital Aga Khan de Kisumu, vítima de insuficiência cardíaca, com 82 anos. Morreu como havia vivido: combatente activo e inconformado.

IX. O Arquitecto da Oposição

O legado de Odinga é complexo, multifacetado e profundamente inscrito na geografia política e física do Quênia moderno.

A Institucionalização do Dissenso: Odinga inventou, na prática, o conceito de oposição política no Quênia pós-colonial. Da fundação do KPU em 1966, à KASA em 1982 e ao FORD em 1991, demonstrou que o poder monolítico do Estado podia ser desafiado e que as instituições de resistência podiam ser construídas mesmo em condições de máxima adversidade.

Igualdade e Integridade Pessoal: Ao contrário da acumulação primitiva praticada por muitos contemporâneos, Odinga viveu com deliberada austeridade — vestindo as suas famosas calções khaki e sandálias akala feitas de pneus velhos — e abria regularmente a sua casa em Jericho, em Eastlands, para alimentar crianças locais.

A Profecia do "Not Yet Uhuru": A sua crítica ao Estado neo-colonial permanece pertinente. Odinga diagnosticou correctamente que substituir uma elite colonial branca por uma elite política negra — sem abordar as desigualdades estruturais da distribuição da terra, da centralização da riqueza e das dependências neo-coloniais — não produziria uma libertação real.

Continuidade Dinástica: A determinação política de Odinga foi transmitida directamente aos seus filhos. Raila Odinga exerceu como Primeiro-Ministro do Quênia (2008-2013), enquanto Oburu Odinga lhe sucedeu como deputado por Bondo.

Comemorações Institucionais: Apesar de ter sido vilificado pelo Estado durante a maior parte da sua vida, a história reabilitou Jaramogi. O seu nome identifica a Universidade de Ciências e Tecnologia Jaramogi Odinga Odinga, o Hospital de Ensino e Referência Jaramogi Odinga Odinga em Kisumu, e vias públicas em toda a cidade. É sepultado no Mausoléu Jaramogi Odinga Odinga, em Bondo, lugar de peregrinação histórica. A paragem de mini-bus junto à sua antiga casa em Eastlands chama-se ainda hoje "Kwa Jaramogi".

Cronologia Constitucional e do Sistema Partidário (1960-1992)

Ano	Evento	Implicação Democrática
1960	Fundação da KANU	Odinga recusa oferta britânica; KANU formada para negociar a independência
1963	Independência	Quênia nasce como democracia multipartidária (KANU vs. KADU)
1964	Fusão voluntária	KADU dissolve-se e incorpora-se na KANU; Quênia torna-se de facto Estado de partido único
1966	Fundação do KPU	Odinga demite-se e rompe o monopólio da KANU, restaurando o multipartidarismo de facto
1969	Proibição do KPU	Após o Massacre de Kisumu, o KPU é banido; Odinga detido em Hola; Quênia reverte ao Estado de partido único de facto
1982	Adopção da Secção 2A	Em resposta directa ao pedido de registo da KASA, o Parlamento torna o Quênia um Estado de partido único de jure

Ano	Evento	Implicação Democrática
1991	Revogação da Secção 2A	A pressão do FORD de Odinga e dos doadores internacionais força a revogação da Secção 2A, restaurando legalmente o multipartidarismo
1992	Eleições Multipartidárias	Primeiras eleições desde a independência; Odinga regressa ao Parlamento por Bondo; Moi vence com 36,35%

A ironia mais profunda e mais duradoura da narrativa histórica de Jaramogi Oginga Odinga é que o homem mais directamente responsável por tornar possível a ascensão de Jomo Kenyatta à presidência passou a maior parte da sua vida ulterior a ser sistematicamente marginalizado, punido e despojado do poder por esse mesmo Presidente e pelo seu sucessor. A vida de Odinga é uma lente histórica não adulterada sobre os fracassos — e as esperanças persistentes — do Estado africano pós-colonial. Enquanto o Estado o rotulava de comunista, dissidente e tribalista, a retrospectiva histórica revela um homem de consistência ideológica e integridade sem par, que cedeu o poder executivo máximo em 1960 por uma questão de princípio, e que sacrificou a sua vice-presidência em 1966 por questão de consciência. Numa era demasiadas vezes marcada pelo clientelismo, pela divisão étnica e pelo enriquecimento ilícito, Jaramogi Oginga Odinga permanece o símbolo inabalável de resistência de uma nação que ainda, em muitos aspectos profundos, luta por alcançar o verdadeiro uhuru.

— **Egídio G. Vaz Raposo**

Historiador & Estratega de Comunicação
egidiovaz@egidiovaz.com · egidiovaz.com